A INSERÇÃO DA INTERSETORIALIDADE NA PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO DO SERVIÇO SOCIAL NA ÁREA DA SAÚDE

Leid Jane Modesto da Silva[1]

Mayra Hellen Vieira de Andrade[2]

Lívia Maria Sales de Sousa[3]

Patrícia Barreto Cavalcanti[4]

RESUMO

O trabalho ora apresentado é resultado de uma pesquisa bibliográfica e exploratória, cujo tema é fruto de um projeto integrado desenvolvido pelo Setor de Estudos e Pesquisas em Serviço Social (SEPSASS) e possui como eixo central, o "SERVIÇO SOCIAL, POLÍTICA SOCIAL e INTERSETORIALIDADE: repercussões, desafios e perspectivas para o Assistente Social na alta complexidade". O objetivo foi identificar como a produção do conhecimento (Teses e Dissertações da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo) vem ressaltando a relação intersetorial e integralidade no trabalho dos/as assistentes sociais na alta complexidade. A metodologia constou da consulta das teses e dissertações defendidas no período de 2009 a 2013, à luz de teorias e conceitos que debatem a temática. Conclui-se que há uma incipiência da produção acerca do binômio, intersetorialidade e integralidade, revelando que o Serviço Social possui uma produção escassa acerca da intersetorialidade na alta complexidade em saúde.

Palavras-chave: Intersetorialidae; Integralidade; Serviço Social.

The work presented here is the result of a bibliographical and exploratory research, whose theme is the result of an integrated project developed by the Sector of Studies and Research in Social Work (SEPSASS) its central theme, "SOCIAL SERVICE, SOCIAL POLICY and INTERSECTORIALITY: repercussions, challenges and perspectives for the Social Worker in high complexity". The objective was to identify how the production of knowledge (Theses and Dissertations of the Pontifical Catholic University of São Paulo) has

[1] Universidade Federal da Paraíba e mestranda em Serviço Social pelo Programa de Pós-Graduação em Serviço Social (PPGSS – UFPB); leid.modesto@gmail.com.

[2] Universidade Federal da Paraíba e mestranda em Serviço Social pelo Programa de Pós-Graduação em Serviço Social (PPGSS – UFPB); Mayra-hellen@hotmail.com.

[3] Assistente Social da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares – EBSERH. Especialista em Serviço Social, Políticas Públicas e Direitos Sociais pela Universidade Estadual do Ceará; liviamsales@hotmail.com.

[4] Universidade Federal da Paraíba; Professora Doutora do curso de Graduação em Serviço Social (DSS/UFPB); Coordenadora do Setor de Estudos e Pesquisas em Serviço Social (SEPSASSDSS-UFPB); patriciabcaval@gmail.com.

highlighted the intersectoral relationship and integrality in the work of high complexity social workers. Methodology consisted of consulting the theses and dissertations defended from 2009 to 2013, in the light of theories and concepts that debate the theme. It is concluded incipient production about the binomial, intersectoriality and integrality, revealing that the Social Work has scarce production about intersectoriality in the high complexity of health.

Keywords: Intersectoriality; Completeness; Social service.

1 INTRODUÇÃO

Pesquisar a intersetorialidade nas políticas sociais no Brasil se torna um grande desafio, pois o seu debate nessa área ainda é recente e se expressa na ausência de uma definição do seu termo que perpassa várias áreas de saberes. Assim, entendemos que a intersetorialidade é compreendida na perspectiva da relação entre setores através de uma nova lógica de gestão, a de superar a ordem da setorialização e fragmentação das políticas sociais.

O presente trabalho é fruto de um projeto integrado desenvolvido pelo **Setor de Estudos e Pesquisas em Serviço Social (SEPSASS)** que traz como tema central o “SERVIÇO SOCIAL, POLÍTICA SOCIAL e INTERSETORIALIDADE: Repercussões, desafios e perspectivas para o Assistente Social na alta complexidade”.

A escolha de estudar essa temática se justifica pela importância de analisar essa estratégia de gestão das políticas sociais com ênfase na política de saúde e, sua repercussão nas produções científicas na área de Serviço Social.

Assim, o objetivo deste trabalho foi identificar como a produção do conhecimento (teses e dissertações) vem ressaltando a relação intersetorial e integralidade no trabalho dos/as assistentes sociais na alta complexidade em saúde, a partir do que vem sendo produzido cientificamente. A referida pesquisa, de caráter bibliográfico, exploratória e intencional é indispensável para abranger as interpretações sobre a temática e as categorias de análise sobre os achados da pesquisa.

Os procedimentos metodológicos foram realizados sob os parâmetros da pesquisa bibliográfica, baseando-se na proposta de Lima e Mioto (2007) que propõe esse tipo de pesquisa em um conjunto ordenado de procedimentos que busquem soluções pré-estabelecidas.

Para responder a proposta do trabalho foram pesquisadas teses e dissertações do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC – SP), referentes ao período de 2009 a 2013. Partiremos, assim, para o debate a partir da análise dos resultados em relação à intersetorialidade e integralidade na alta complexidade em saúde.

2 DESVENDANDO O CONCEITO DE INTERSETORIALIDADE A PARTIR DA PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO

Discutir o conceito da intersetorialidade requer antes de tudo situá-lo no contexto no qual o seu uso vem sendo materializado. São contextos diversos, em geral, caracterizados pela implementação de uma política setorial ou realização de uma ação social que demanda articulação de dois ou mais setores.

É necessário atentarmos para a polissemia que a categoria assume na produção do conhecimento. Na concepção de Akerman et al (2014, p. 3)

> A intersetorialidade é um dos temas mais comentados na gestão pública, contudo, não há, ainda, uma teoria desenvolvida sobre a qual se possa fundar um marco de análise para pesquisas e avaliação. O caráter artificial da fragmentação do real advinda do paradigma cartesiano de produção do conhecimento e da ação e a aproximação com teorias de pensamento complexo mais profundo e interligado podem prover a base teórica para uma práxis intersetorial menos empírica e mais ancorada em pesquisas avaliativas

O tema da intersetorialidade surge no debate mundial vinculado ao conceito de saúde. A reflexão em torno dessa temática inicia-se junto ao movimento de Reforma Médica Alemã e as discussões sobre os determinantes sociais durante o processo de intensificação da industrialização e expansão das cidades (CAVALCANTI; MACÊDO, 2015). Nessa direção, Mioto e Shultz (2011, p. 9) atestam que:

> O debate da intersetorialidade na Saúde remonta a própria história dos discursos em torno da promoção de saúde, no marco dos determinantes sociais. Em outros termos, identifica-se que a própria postulação da intersetorialidade é forjada no âmbito produções que privilegiam a determinação social do processo saúde/doença. Andrade (2006) se reporta a Medicina Social, no século XIX, na Europa, passando pelo Movimento Internacional de Promoção da Saúde, no século XX, para explicitar como a preocupação com a saúde culminou no conceito de intersetorialidade, enquanto estratégia de promoção da saúde. De acordo com o autor, a Medicina Social surgiu a partir de produções científicas e políticas acerca da determinação social do processo saúde/doença. Estas produções abordavam a relação entre as condicionantes sociais e a saúde. Tal forma de conceber o processo de saúde/doença se desenvolveu em disputa com outro modelo: o da determinação biológica que, fundamentado na revolução pausteriana, se consubstanciou na perspectiva biomédica, hegemônica na sociedade ocidental do século XX.

Nessa perspectiva, a intersetorialidade surge como uma estratégia que possibilita atuar nas demandas sociais do processo saúde-doença. Visto que a saúde não significa apenas a ausência de doença, mas de um conjunto integrado de ações que envolvem moradia digna, alimentação, educação, dentre outros setores pautados nos debates em torno da promoção de saúde, como bem sinaliza a discussão sobre os determinantes sociais em saúde.

Neste aspecto, das produções teóricas que envolvem esta área, citam-se: Organização Mundial da Saúde (OMS); Organização Pan-Americana (OPAS); Mioto e Nogueira (2009), dentre outras que compreendem essa estratégia a partir da articulação entre diferentes setores para chegar a resolutividade dos problemas de saúde (CAVALCANTI; MACEDO, 2015).

Adensando a discussão acerca do tema, a Lei Orgânica da Saúde de 1990, traz como diretriz a intersetorialidade enquanto estratégia de articulação intersetorial e intrasetorial na rede assistencial na forma de comissões. É possível analisar que as preocupações em elaborar políticas intersetoriais centram-se na necessidade de retomar e fortalecer as ações sobre os determinantes sociais inseridos no processo saúde-doença, bem como fortalecer o projeto sanitarista e seus princípios.

Foram criados a partir da década de 1990, programas considerados porta de entrada para o Sistema Único de Saúde (SUS). Estes, implementam a proposta da intersetorialidade, reforçando a necessidade de pactuação intersetorial, à exemplo

do Programa de Saúde da Família (PSF) e o Programa de Agentes Comunitários (ACS's), formulados como estratégias basilares da atenção básica na área da saúde.

Para além do campo da saúde, outros setores também estão se dedicando ao estudo da intersetorialidade, sobretudo, em função do desfinanciamento das políticas sociais brasileiras nas últimas décadas. A estratégia da intersetorialidade nessa direção vem sendo apontada como mecanismo ou dispositivo de busca de uma maior racionalidade no enfrentamento das desigualdades sociais. Deste modo, surge como uma estratégia que possibilita o rompimento das ações centralizadas no âmbito municipal, estadual e federal (ANDRADE 2005 apud França, 2014).

A discussão da intersetorialidade no campo da política de assistência social, mesmo com a criação da Lei Orgânica de Assistência Social em 1993, só avançou após a IV Conferência Nacional de Assistência Social ocorrida em 2003. O próprio SUAS tem a intersetorialidade como um dos seus principais pressupostos.

Embora haja iniciativas por parte do Governo Federal em criar Programas Sociais de caráter intersetorial, a política de assistência aocial ainda não conseguiu atingir uma consolidação ideo-política, enfrentando diversas barreiras por influência do modelo de concepção das políticas sociais brasileiras e a sua trajetória histórica (CAVALCANTI; MACEDO, 2015).

Diante do exposto, a intersetorialidade passa a fazer parte da política de assistência social enquanto uma estratégia para superar a fragmentação das políticas sociais e garantir a plena efetivação dos direitos sociais.

Como já sinalizamos, na área da saúde, a ação intersetorial é trabalhada na busca pela integralidade das ações e serviços. Pois, quando os problemas de saúde não são tratados em uma perspectiva integral, resultam em ações sem resultados positivos dos problemas sociais (JUNQUEIRA apud França, 2014, p. 63).

Diante do exposto sobre o surgimento do conceito de intersetorialidade, seu debate e abordagem nos vários campos de saberes, bem como algumas concepções teóricas, realizar-se-á, a discussão dessa temática na área do Serviço Social, a fim de analisar como a intersetorialidade vem sendo estudada e apreendida nas pesquisas acadêmicas.

2.1 A inserção da intersetorialidade na produção do conhecimento no âmbito do Serviço Social

A intersetorialidade é compreendida como uma nova forma de gestão das políticas públicas para intervir em problemas complexos na perspectiva de superação das ações fragmentadas, envolvendo ações de diferentes setores da esfera pública. Isso deixa evidente que a intersetorialidade ultrapassa "[...] o caráter específico de cada Política ou Programa e potencializa as ações desenvolvidas por essas políticas. Também amplia a possibilidade de um atendimento integral aos cidadãos que dela se utilizam" (YAZBEK, 2014, p.98).

No que tange ao debate sobre a inserção da intersetorialidade na produção de conhecimento em Serviço Social, inferimos que é recente, notadamente a partir da década de 2000, com discussões como a encampada por Sposati (2007) em seu artigo "Especificidade e intersetorialidade da política de Assistência Social". Nota-se que tais produções se remetem as novas formas de gestão das políticas sociais brasileiras delineadas com a promulgação da Constituição Federal de 1988.

A organização e construção da intersetorialidade demanda um processo contínuo, que merece ser estudado a partir dos seus resultados e ações. Historicamente, os/as assistentes sociais atuam na área das políticas públicas realizando ações de cunho setorial. Contudo, os profissionais têm enfrentado dificuldades em reconhecer a intersetorialidade em suas ações. Corroborando com essa análise, Schütz e Mioto (2008 apud MIOTO; SHÜTZ, 2011, p. 14) sinalizam que:

> [...] o Serviço social tem tratado de forma bastante genérica a intersetorialidade, apesar de esta ser uma temática de grande relevância para as políticas públicas, com as quais a profissão trabalha. Apesar disso, as informações expostas deixam patente que o exercício profissional dos assistentes sociais mobiliza setores diversos no atendimento da população, o que contraria essa não identificação da intersetorialidade em suas ações profissionais. Ao mesmo tempo, a dificuldade de conceituar a intersetorialidade concorda a forma polissêmica que esta é tratada pelos autores.

Nesse caso, observa-se que estudos recaem sobre a análise da intersetorialidade a partir da prática profissional nos diversos campos de atuação do assistente social. No entanto, o maior desafio para a concretização da intersetorialidade encontra-se na gestão das políticas, pois os profissionais sabem que devem existir ações intersetoriais, mas se veem limitados para potencializa-las (MIOTO; SHÜTZ, 2011).

Assim, as referências que endossam as discussões nessa área são de autores como: Mioto e Shütz (2011), Comerllato (2007), Monnerat e Souza (2011) e Bellini (2014). Estes vêm desde a década de 2000 adensando as discussões acerca da intersetorialidade nas políticas de saúde e assistência social, com a perspectiva de contribuir para a sua materialização.

Diante das considerações fundamentais dos autores do Serviço Social que se debruçam sobre o tema desde a década de 2000, entendemos que a intersetorialidade está posta como um novo modelo de gestão das políticas sociais brasileiras, apresentando novas possibilidades de articulação entre os diversos setores da sociedade, na busca da garantia da integralidade do acesso à população e resolução das demandas sociais.

3 RELAÇÃO INTERSETORIAL E INTEGRALIDADE NO TRABALHO DOS/AS ASSISTENTES SOCIAIS NA ALTA COMPLEXIDADE EM SAÚDE

A intersetorialidade, principal tema deste trabalho, vem se apresentando como uma discussão recente na esfera da política de saúde e na área acadêmica do serviço social. Em relação ao quadro 1, buscou-se utilizar descritores isolados e combinados que direcionam para as discussões acerca da intersetorialidade. Tais descritores se destacam pela sua presença no âmbito da produção de conhecimento em serviço social nos últimos anos.

QUADRO 1: Nominata dos descritores pesquisados

INTERSETORIALIDADE
AÇÕES INTERSETORIAIS
ARRANJOS INTERSETORIAIS
REDE INTERSETORIAL
INTEGRALIDADE
TRABALHO DOS/AS ASSISTENTES SOCIAIS
ALTA COMPLEXIDADE
HOSPITAIS

Fonte: Dados primários (João Pessoa – PB, 2016)

Em seguida, observa-se no quadro 2, que das 160 dissertações consultadas referentes ao período pesquisado, 36 foram apresentadas em 2011 e 36 em 2012. Esses números revelam um crescimento de produções durante esse período. Contudo, identificamos que a maioria das produções estavam direcionadas para análise do exercício profissional e as políticas setoriais da Política de Assistência Social.

QUADRO 2– Dissertações localizadas no período de 2009 – 2013

ANO	QUANTIDADE DE DISSERTAÇÕES
2009	**33**
2010	**35**
2011	**36**
2012	**36**
2013	**20**

Fonte: Dados primários (João Pessoa – PB, 2016)

Embora a estratégia da intersetorialidade esteja incluída na construção das políticas sociais, [...]" como uma nova forma de trabalhar, governar e construir políticas públicas que pretende possibilitar a superação da fragmentação dos conhecimentos e das estruturas sociais" (REDE UNIDA, 2000 apud SCHÜTZ; MIOTO 2010, p.62), identificamos em relação ao quadro seguinte, que enumera as produções relacionadas aos descritores, um escasso crescimento referente ao tema em questão.

Tais dados reafirmam a escassez de produções acerca da intersetorialidade. Como pode ser observado no quadro a seguir, das 160 dissertações inseridas na pesquisa, apenas duas, referentes ao ano de 2009 e 2011 se enquadram no objetivo do estudo. O que coloca ao debate do Serviço Social a necessidade de adensar a discussão nessa área.

No quadro a seguir, estão sinalizadas as 74 teses inseridas no estudo no período entre 2009 a 2013. Verificamos um maior número de produções referentes ao ano de 2009, além de reiterar a aproximação das discussões com o exercício da profissão e as políticas setoriais da Política de Assistência Social.

QUADRO 3– Teses localizadas no período de 2009 – 2013

ANO	QUANTIDADE DE TESES
2009	**16**
2010	**14**
2011	**15**
2012	**14**
2013	**15**

Fonte: Dados primários (João Pessoa – PB, 2016)

Nessa direção, percebemos que a intersetorialidade tem sido debatida em diferentes campos do conhecimento, obtendo várias interpretações. Ao longo do tratamento dos dados, registramos apenas uma tese referente ao ano de 2011 que aborda a intersetorialidade no trabalho dos/as assistentes sociais. Esse resultado reafirma a necessidade de se discutir esse tema na área do Serviço Social.

Feito o percurso da pesquisa, após a análise de todas as produções constantes do banco de dados da PUC-SP, apresentaremos no gráfico a seguir, as 02 dissertações e 01 tese selecionadas que abordam a intersetorialidade. São elas:

Gráfico 1: Material selecionado para análise

Dissertação 2009	• GARCIA, C. A. **Um estudo sobre a AMA – Assistência Médica Ambulatorial em Vila Nova Jaguaré/ São Paulo e a forma de inserção do serviço Social.**
Dissertação 2011	• MOURA, F. S. **Compreendendo as determinações sociais da saúde a partir da prática interdisciplinar na pediatria do HU/USP**
Tese 2011	• MIRANDA, A. P. R.S. **Inserção do Serviço Social nos Processos de trabalho em serviços públicos de saúde – concepções e práticas:** estudo de caso em um Hospital Universitário- João Pessoa.

Fonte: Figura elaborada com dados secundários (João Pessoa-PB, 2016)

Contudo, após um exame mais apurado, percebemos que apenas uma produção trabalha com mais acuidade a estratégia da intersetorialidade, ou seja, adensa as contribuições da produção do conhecimento em Serviço Social para construção da intersetorialidade. As duas dissertações acima sinalizadas, apenas falam tangencialmente da estratégia, como é possível observar no trecho de um dos trabalhos.

> *[...] além da descentralização, surge o desafio da intersetorialidade, pois muitos problemas de qualidade de vida e saúde exigem uma ação em conjunto com outros setores, como educação, habitação, dentre outros. Por exemplo, algumas doenças são consequência de péssima condições de habitação, falta de saneamento, educação (lixo na rua/enchentes) como é o caso da leptospirose, causada por contato com o rato, muito comum sob determinadas condições de vida (GARCIA, 2009, p. 33).*

As ações do assistente social no campo da saúde estão sinalizadas de modo mais aprofundado no trecho da tese de doutorado supracitada:

> *Em termos gerais, as ações se voltam tanto para o atendimento das demandas imediatas, como para a orientação de direitos e a intersetorialidade das políticas, embora o trabalho multiprofissional seja ainda incipiente (MIRANDA, 2011, p. 175).*

> *Contudo, o que se pretende destacar é que, ainda que determinado e/ou limitado pelas condições objetivas de trabalho, o trabalho do profissional*

> *possui relativa autonomia e, pela abrangência de conhecimento no seu processo formativo pode conduzir suas ações, de maneira a defender os direitos sociais dos usuários e estabelecer a intersetorialidade das políticas sociais, por meio de ações planejadas e pactuadas (MIRANDA, 2011, p. 178).*

É destacado em seu estudo que a ação profissional ainda intervém de forma complementar a ação médica que tem o seu modelo centrado no método curativista, além da cultura organizacional das instituições, de caráter burocrático e centralizado que interfere na materialização da intersetorialidade.

> *[...] o Serviço Social – a exemplo de outras profissões – permanece intervindo de forma complementar à ação do médico e, se essas assistente social não consegue estabelecer a intersetorialidade das políticas sociais no seu cotidiano profissional, conforme a expectativas das outras profissões e da Direção do Hospital, tem reduzida sua capacidade de intervenção ao cumprimento de tarefas internas, relativas mais ao hospital e menos aos usuários (MIRANDA, 2011, p. 222).*

A autora sinaliza ainda que a intersetorialidade é um dos nortes do trabalho dos/as assistentes sociais.

> *[...] partindo-se do pressuposto de que a garantia ou facilitação do acesso ao direito à saúde e outras políticas por meio da intersetorialidade representam os norteadores do trabalho das assistente sociais do HULW, viu-se que suas práticas vêm se organizando principalmente em torno do núcleo de objetivação dos* ***procedimentos de natureza socioeducativa, informações e comunicação em saúde****[...] (MIRANDA, 2011, p. 260).*

Para tanto, destaca-se ainda nas produções selecionadas o debate acerca da integralidade em saúde. Percebe-se nas discussões tecidas pelas autoras que a integralidade está sendo direcionada para a construção de ações no campo da saúde para a prevenção e cura da população.

No trabalho de dissertação de Garcia (2009, p.53) a integralidade vem sendo discutida na atuação do assistente social no campo da saúde. Nessa direção a autora supramencionada afirma que:

> *O assistente social é um profissional cada vez mais requisitado na área da saúde, contribuindo para a consolidação do SUS. Além disso, tem de conhecer a lógica de funcionamento da instituição e da saúde em seu torno, bem como a dinâmica e a capacidade de atendimento de outras instituições de referência. Trata-se de um agente de interação entre os diversos níveis*

> *do SUS e as políticas sociais em geral, assegurando os meios para a integralidade das ações.*

Porém, os assistentes socias enfrentam vários entraves para desenvolver a intersetorialidade em sua totalidade. Uma delas é o fato da intersetorialidade não ser considerada uma diretriz efetiva da política de saúde no país. As ações intersetoriais ficam presas a atividades que não conseguem ultrapassar as barreiras da setorização e suas ações fragmentadas. Diante disso, as demandas de cunho intersetorial vêm sendo reduzidas a atividades desenvolvidas pelos profissionais de Serviço Social, que têm sido considerados o elo de articulação entre o SUS e as demais políticas sociais (COSTA, 2010).

Deste modo, embora os resultados da pesquisa demostrem uma escassez da produção de conhecimento relacionados à intersetorialidade no trabalho dos/as assistentes sociais na alta complexidade, podemos afirmar com base em outras produções, que o assistente social através da sua formação generalista, é o profissional que mais tem contribuído para a construção de ações intersetoriais na esfera das políticas públicas, potencializando assim, ações na área da saúde com vistas a garantir a integralidade dos direitos dos usuários.

4 CONCLUSÃO

A intersetorialidade constitui-se como um tema novo e complexo no campo da política pública no Brasil, e tem sido abordado através de várias interpretações. Por essa razão, procuramos neste estudo apreender como essa categoria tem sido abordada nos vários campos de saberes.

Assim, nossa proposta pautou-se no compromisso de identificar através da pesquisa bibliográfica, como a produção do conhecimento ressalta a intersetorialidade e integralidade no trabalho dos/as assistentes sociais na alta complexidade em saúde.

A intersetorialidade tem sido postulada nos eixos da Seguridade Social e em diversos dispositivos legais e políticas setoriais, como a política de saúde e

assistência social, as quais são as duas políticas que mais tem adensado as discussões sobre este mecanismo de gestão.

Em nossa revisão bibliográfica, constatou-se que a intersetorialidade ocorre nos mais diversos espaços desde a formulação até a operacionalização dos serviços. Diante disso, o SUS incorpora como um de seus princípios a integralidade. A discussão da integralidade na atenção à saúde é importante para a construção das políticas públicas com vistas a garantia de ações que se voltem para à prevenção e cura da população. Além disso, a intersetorialidade se apresenta como uma alternativa nova, constituindo-se em um pilar estruturante do princípio da integralidade.

Os/as assistentes sociais, na atuação da política de saúde devem ser agentes potencializadores do acesso do usuário aos seus direitos em todos os níveis dos serviços de atenção. Faz-se necessário a construção de ações que possibilitem a materialização da intersetorialidade nas políticas sociais.

Podemos afirmar que o debate sobre a intersetorialidade e a integralidade se tornam presentes no cotidiano do assistente social, pois ao reconhecer que a saúde é parte de um conjunto de ações, permitem ao profissional afastar-se de práticas conservadoras e que se assemelham ao modelo contrário as propostas preconizadas pelo Projeto de Reforma Sanitária. Portanto, consideramos de fundamental importância destacar a intersetorialidade na produção de conhecimento da profissão. Uma vez que, esse tema é importante para a compreensão das demandas sociais e construção de um sistema de proteção integral.

A partir do estudo das produções (teses e dissertações) do Programa de Pós-Graduação em Serviço social da PUC-SP, constatou-se uma escassa produção do conhecimento em relação à intersetorialidade e integralidade na atuação do assistente social na alta complexidade. Contudo, esse resultado pode contribuir para o aumento das produções teóricas acerca da temática proposta nesse trabalho.

Ademais, compreendemos a importância em discutir a intersetorialidade no conjunto das políticas públicas, em especial, na política de saúde. Nessa direção, destacamos que as discussões sobre a intersetorialidade na produção de conhecimento em Serviço Social não se exaure nas análises aqui apresentadas,

mas pretendemos por meio deste estudo corroborar com novos questionamentos e produções científicas sobre o tema.

REFERÊNCIAS

AKERMAN, Marco et al. Intersetorialidade? IntersetorialidadeS!. **Ciência & Saúde Coletiva**, [sl], v. 19, n. 11, p. 4291 – 4300, 2014. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/csc/v19n11/1413-8123-csc-19-11-4291.pdf>. Acesso em: 19 mar. 2016.

CAVALCANTI, Patrícia Barreto; MACEDO, Erica Fernanda Torres. A relação complexa entre o Serviço Social no contexto da saúde e o uso da intersetorialidade. **Serviço Social & Saúde**, Campinas, v. 14, n. 2, p. 187- 210, 2015. Disponível em: http://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/sss/article/view/8642737>. Acesso em: 19 mar. 2016.

LIMA, T. C. S. de; MIOTO, R. C. T. Procedimentos metodológicos na construção do conhecimento científico: a pesquisa bibliográfica. **Revista Katálysis**, Florianópolis, v. 10, n. esp., p. 37-45, 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S1414-49802007000300004&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt&userID=-2>. Acesso em: 15 de ago. 2015.

MIOTO, Regina Célia Tamaso; SCHÜTZ, Fernanda. Intersetorialidade na Política Social: Reflexões a partir do exercício profissional dos assistentes sociais. In: DIPROSUL, 2011, Rio Grande do Sul/Pelotas. **Anais**... Rio Grande do Sul, 2011, p. 1-24. Disponível em: http://www.ucpel.tche.br/mps/diprosul/docs/trabalhos/28.pdf>. Acesso em: 19 mar. 2016.

FRANÇA, Merilin Carneiro de. **Interseções, aproximações e distanciamentos entre a estratégia saúde da família e o programa bolsa família a partir da lógica da intersetorialidade.** 2014. 160 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Serviço Social, Departamento de Serviço Social, Universidade Federal da Paraíba, Joao Pessoa, 2014.

MIRANDA, A. P. R.S. **Inserção do Serviço Social nos Processos de trabalho em serviços públicos de saúde – concepções e práticas:** estudo de caso em um Hospital Universitário- João Pessoa. 2011. 344f. Tese (Doutorado em Serviço Social). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, SP. Disponível em: <http://www.sapientia.pucsp.br/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=13737>. Acesso em: 20 de ago. 2015.

SPOSATI, Aldaíza. Pesquisa e produção de conhecimento no campo do Serviço Social. **Revista Katalysis,** Florianópolis, v. 10, n. esp., p. 15-25, 2007. Disponível em:http://www.scielo.br/scielophp?pid=S141449802007000300002&script=sci_abstract&tlng=pt>. Acesso em: 22 maio 2016.

YAZBEK, Maria Carmelita. Sistemas de proteção social, Intersetorialidade e Integração de Políticas Sociais. In: MONNERAT, Giselle Lavinas et al (Org). **A intersetorialidade na agenda das políticas sociais**. São Paulo: Papel Social, 2014.

MONNERAT, Giselle Lavinas; SOUZA, Rosimary Gonçalves de. Da Seguridade Social à intersetorialidade: reflexões sobre a integração das políticas sociais no Brasil. **Revista Katalysis**, Florianópolis, v. 14, n. 1, p. 41-49, jan./jun. 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rk/v14n1/v14n1a05.pdf>. Acesso em: 22 fev. 2016.

COSTA, Maria Dalva Horácio da. **Serviço social e Intersetorialidade**: a contribuição dos Assistentes Sociais para a construção da intersetorialidade no cotidiano do Sistema Único de Saúde. Recife: PPGSS/UFPE, 2010. 261f. Tese (Doutorado em Serviço Social). Disponível em: <http://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/9351>. Acesso em: 28 de mai. 2016.

GARCIA, Cristiane Andrade**. Um estudo sobre a AMA – Assistência Médica Ambulatorial em Vila Nova Jaguaré/ São Paulo e a forma de inserção do serviço Social.**2009. 98f. Dissertação (Dissertação em Serviço Social). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2009. Disponível em: <http://www.sapientia.pucsp.br/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=9994>. Acesso em: 22 set. 2015